

Opinião MCM

Edição 16 – sexta-feira, 23 de abril de 2021

Ano medíocre

Em meio a tantos fatores desanimadores, preocupantes ou efetivamente desastrosos, observados no Brasil neste momento, não deixam de ser encorajadores, ao menos em relação à evolução da atividade econômica, os dados de algumas das pesquisas setoriais do IBGE em fevereiro, os números da arrecadação tributária em março e o comportamento de certos índices de mobilidade nas primeiras semanas de abril.

Começando pelo comércio varejista e pelo setor de serviços, é fato que parte do desempenho surpreendentemente positivo dos dois segmentos em fevereiro pode ter sido resultante dos efeitos da suspensão dos feriados de carnaval neste ano. No entanto, a expansão das vendas de bens e serviços foi razoavelmente disseminada, com destaque para variados ramos, como vestuário, materiais de construção, veículos, serviços prestados para as famílias e transporte terrestre. Além disso, a alta ocorreu em um período marcado pela ausência de qualquer pagamento de auxílio emergencial, uma indicação de que o aumento do consumo pode ter sido impulsionado pelo dispêndio de parcela da poupança precaucional acumulada em 2020.

Em linha com o bom desempenho de vários segmentos da economia em fevereiro, a arrecadação tributária em março também surpreendeu positivamente, tendo crescido mais de 13% ano/ano mesmo quando são desconsiderados os eventos não recorrentes, como a arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 4,0 bilhões. Por fim, cabe destacar que alguns índices de mobilidade têm apontado uma recuperação relativamente rápida da atividade a partir da segunda semana de abril, indicando que a contração econômica em março poderá ser revertida em boa parte já no corrente mês. Em resumo, temos motivos para continuar acreditando que o desempenho do PIB será apenas moderadamente negativo no primeiro semestre do ano.

Lamentavelmente, temos motivos também para continuar a acreditar que a esperada recuperação da economia no segundo semestre deverá ser modesta. A principal razão é a lentidão do programa nacional de vacinação contra a covid-19.

De um lado, o número semanal médio de doses aplicadas na população permanece abaixo do número semanal médio de doses entregues pelos laboratórios ao Ministério da Saúde. De outro lado, a programação de entrega das vacinas nas próximas semanas segue sendo revista continuamente para baixo. Exemplo disso é o “plano” de entrega das vacinas da Pfizer. Há cerca de um mês, quando foi confirmado o acordo entre a empresa e o Ministério da Saúde para entrega de 100 milhões de doses este ano, o “plano” incluía a entrega de 13,5 milhões de doses entre abril e junho, e mais 86,5 milhões de doses entre julho e setembro. Recentemente, a programação passou por um ajuste: o lote com 13,5 milhões de vacinas não seria mais entregue em abril, mas sim entre maio e junho. E nesta semana, o “plano” atualizado passou a prever a distribuição de 1 milhão de doses para estados e municípios na primeira quinzena de maio, deixando no ar, portanto, as datas de entrega das restantes 12,5 milhões de doses previstas para o segundo trimestre.

Por ora, também permanecem no ar os “planos” de entrega das demais vacinas adquiridas pelo governo brasileiro, e por isso, contando basicamente com as vacinas do Butantan, da Fiocruz e, mesmo com atraso, da Pfizer, o Ministro da Saúde declarou que os grupos prioritários deverão estar vacinados apenas em setembro.

Assim, enquanto nos países com vacinação mais avançada a mortalidade dos grupos etários que já foram vacinados já está caindo de forma consistente e as perspectivas para o crescimento econômico melhoram a cada dia, o cenário por aqui continua apontando para um ano medíocre, com queda moderada da atividade no primeiro semestre e recuperação modesta no segundo.



Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2021. Reprodução Proibida.

Tel: (011) 4380-7700. Site: mcmconsultores.com.br e-mail: economia@mcmconsultores.com.br